

IX Seminário de Pesquisas FESPSP

“Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT19: Duas verdades e mitos: Trabalho remoto & qualidade de vida

Dra Yara Felicidade de Souza Reis - UMC¹

Dra Merylyn Escobar de Oliveira - UNIP²

**Professores universitários no contexto da pandemia: a aceleração do projeto
EaD no ensino superior brasileiro**

Resumo:

O cenário devastador para a área da educação no Brasil tem apontado para algumas características de um projeto neoliberal que se acentua com o governo Jair Bolsonaro e a realidade da crise pandêmica que vivenciamos desde março de 2020. Estamos vivendo uma tragédia econômica, sanitária e ambiental.

Iremos pontuar algumas questões sobre a situação vivenciada pelos professores das instituições de ensino superior (IES) privadas e que tem chamado a atenção pelo número crescente de demissões. O quadro docente das universidades particulares brasileiras desde o início do Governo Bolsonaro vinha de uma situação de total instabilidade, ocorrendo um número expressivo de exonerações a cada semestre, sinalizando um desemprego estrutural dos docentes.

A pandemia apenas acelera as demissões em massa, um processo que já estava em andamento, e antecipa o programa EAD no formato generalizado, colocando em pauta demandas (em caráter emergencial-definitivo), para o ensino nas universidades privadas, que acompanham o projeto neoliberal desenhado no interior do aceleramento do projeto capitalista.

Palavras-chave: ensino superior, pandemia, ensino remoto.

¹Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU-USP
Professora da Universidade Mogi das Cruzes - UMC - Email: yarareis@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP
Professora da Universidade Paulista - UNIP – Email: merilynescobar@uol.com.br

Introdução

Neste artigo, buscamos apresentar como a pandemia do COVID-19 causou a alteração das atividades no ensino superior, e quais modelos e estratégias foram adotadas para a prática docente. Abordaremos o que temos chamado de trabalho remoto ou aulas remotas emergenciais, que foram implantadas para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus.

As instituições privadas de ensino superior adotaram diversas estratégias a fim de desenvolver um conjunto de ações coordenadas buscando viabilizar uma plataforma com diferentes canais, ferramentas e processos para aplicação junto aos estudantes.

Os objetivos destas ações visaram disponibilizar aos universitários a oportunidade de acesso a atividades não presenciais no período de distanciamento social, buscando implementar soluções diversificadas de acesso as atividades pedagógicas no período de distanciamento social.

Neste contexto, alunos e professores se depararam com a necessidade da utilização de ferramentas digitais em substituição às aulas presenciais, o que acabou trazendo à tona as insuficiências da educação de ensino superior no país; como a falta de formação específica para professores e o precário acesso da comunidade escolar a recursos tecnológicos, como computadores e internet de qualidade.

Diante da crise pandêmica diversas desigualdades foram expostas como também o acesso aos direitos, principalmente, no direito das minorias que nesse momento viu-se prejudicado pela sua condição econômica, quando observamos que grande parcela da sociedade vive do chamado emprego informal, sem garantias trabalhistas, além daqueles assalariados que foram demitidos nesse período.

O panorama de crise aponta também para a importância do investimento público destinado à saúde, à educação, aos transportes e melhorias da cidade, que para os setores privados o objetivo é o lucro, além do desmonte da ciência, pesquisa, universidades e escolas públicas.

Dessa forma, o impacto da pandemia e da crise por ela causada colocaram em colapso os sistemas de saúde mundial, o mercado de trabalho e o setor financeiro, sinalizando para o estágio atual do capitalismo e suas implicações para a humanidade, em especial, destacaremos nesse trabalho o campo educacional.

Escolas e universidades constituem espaços de grandes aglomerações de pessoas e em razão das particularidades dessas instituições precisaram ser fechadas no mundo inteiro; por esse motivo, suas atividades foram reorganizadas de maneira remota; assim procuramos refletir sobre as mudanças vivenciadas nas instituições de ensino superior pelos docentes.

O capitalismo e a pandemia: sinais de crise

As situações vivenciadas em todos os setores da sociedade no decorrer do período de pandemia, ainda em curso, denotam circunstâncias já presentes estruturalmente nas instituições sociais e que se agravaram neste momento.

Com a implantação do projeto neoliberal nos países latino-americanos desde a década de 1980, o aceleração do capitalismo avançou por todas as economias da região servindo de modelo para reestruturação dos mercados e instituições sociais. Ricardo Antunes (2020, p.12) sinaliza que o final dos anos 1970 marcou a crise estrutural do capital e a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias e de desvalorização da força de trabalho, sobretudo nos países periféricos.

Nesse cenário, o fenômeno da globalização, impulsionado pelas tecnologias e pela entrada do capital financeiro, turbinou novas formas e novas relações de trabalho: flexíveis, desregulamentadas e intensificadas. O Estado passou a ser “mínimo” para que os mercados pudessem controlar as economias. Serviços públicos de acesso à comunidade passaram a ser executados por outros atores privados.

Nesse sentido, a pandemia do novo coronavírus evidenciou aspectos da crise do capitalismo que vinham se acirrando no mundo e no Brasil há alguns anos. O cenário de desemprego, retrocesso de direitos sociais, baixos investimentos públicos em saúde, pesquisa, educação, precarização do trabalho, já se mostrava antes e se aprofundaram no momento atual, como destaca o sociólogo Ricardo Antunes em entrevista:

“A pandemia eclode em um momento que temos 40% de informalidade no Brasil. Naquele momento [...] fevereiro, começo de março, cerca de 40 milhões de homens e mulheres na informalidade, 12,9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, quase 13 milhões. Quase 5 milhões em desalento. Mais uma massa de subutilizados e subocupados”. (ANTUNES apud SUDRÉ, 2020).

O agravamento dos problemas sociais acaba por atingir as minorias, as populações mais pobres e trabalhadores de forma geral. Entendemos que a pandemia não atinge a todos da mesma forma, a desigualdade econômica, social e cultural se faz presente, seja no impacto da saúde, serviços de higiene e outras necessidades básicas e essenciais,

Nas palavras de Ricardo Antunes (2020 apud SUDRÉ, 2020):

“[...] a pandemia do capital mostrou o flagelo, a virulência, a devastação, que o capitalismo dos nossos dias pratica em relação à classe trabalhadora. E ele é diferenciado. Prejudica mais a classe trabalhadora feminina do que a masculina. Mais a classe trabalhadora negra, do que a branca. Mais a trabalhadora negra do que a mulher branca. Mais a trabalhadora indígena em relação à mulher branca. Mais o trabalhador e trabalhadora imigrante do que o trabalhador nativo.” (ANTUNES apud SUDRÉ, 2020).

O total abandono do país pelo governo federal pode ser medido pelo cenário atual na maior e mais rica cidade brasileira. A Avenida Paulista, centro financeiro e turístico da cidade de São Paulo, escancara o quadro dramático do aumento no número de famílias inteiras morando nas ruas, acampados em barracas, vivendo um quadro desolador que vem crescendo com a pandemia. Viadutos também servem de abrigos e locais para colocar a mobília de uma casa recém-desfeita decorrente da falta de emprego.

O drama vivido pelas pessoas que não podem pagar seu aluguel formal ou informalmente cresce a cada dia, aumentando o número das ocupações e, a tragédia da pandemia, parece não está sendo levada em conta pelas autoridades responsáveis no momento de ordenar reiteradamente as reintegrações de posses.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos (2020) destaca o aprofundamento das desigualdades diante do cenário pandêmico como reflexo de todo um processo histórico, cultural e político anterior, referente ao modo de vida da humanidade sob os efeitos do capitalismo, bem como do aprofundamento do neoliberalismo enquanto modelo econômico. O autor trata da questão da “falsa normalidade” e menciona o

desaparecimento da sensação de segurança mediante as incertezas que emergem com a pandemia.

Nesse sentido, podemos afirmar que a crise pandêmica evidenciou as fragilidades do capitalismo, das instituições e do mercado, mostrando a necessidade de serviços públicos de qualidade para o atendimento da população mais atingida, seja para garantia da vida, por meio de sistemas de saúde, seja para proporcionar a renda mínima aos desempregados ou outras pessoas que foram atingidas economicamente pelo fechamento de empresas e postos de trabalho; seja para o financiamento de pesquisas para a elaboração de remédios ou vacina, para o desenvolvimento de programas sociais e educacionais que atendam a população no período pós-pandemia.

O colapso na educação

É importante destacarmos as reformas no campo educacional que têm se intensificado após o ano de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) foi destituída após um polêmico processo de impeachment. O setor da educação sofreu diversas intervenções associados à agenda neoliberal e conservadora.

Podemos destacar a Lei da Reforma do Ensino Médio (13.415/2017), aprovada nesse contexto de valorização dos interesses de mercado e de fortalecimento de tendências autoritárias, sob o Governo de Michel Temer (MDB). Esta reforma, associada à Emenda Constitucional 2.414, chamada de “PEC do Teto dos Gastos”, virou lei e acabou com a vinculação obrigatória de recursos para diversas áreas sociais, inviabilizando o aumento de financiamento da educação pública por vinte anos.

Estes eventos, assim como a não obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia estão ligados ao contexto do mercado empresarial voltado à educação, processo já evidenciado nas últimas décadas do século XX, em decorrência da globalização.

Vale lembrar também, do debate acalorado sobre o perigo de setores da sociedade em relação a essas disciplinas que segundo argumentos conservadores incentivavam a ideologia de gênero, a doutrinação comunista dos estudantes,

grupos parlamentares passaram a defender a pauta da Militarização das Escolas, do Movimento Escola sem Partido, do Ensino a Distância, e a legalização do homeschooling (ensino domiciliar). É certo que a influência e a presença de instituições privadas e de segmentos conservadores da sociedade pressionaram de diferentes formas a defesa dessas pautas, sobretudo quando pensamos no uso das redes sociais e da mídia nesse processo.

O texto da Base Curricular acabou por separar o ensino por áreas (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática), além de indicar apenas português e matemática como disciplinas obrigatórias nos três anos. O ponto central a ser ressaltado é que, conforme a nova Lei, não há obrigatoriedade de oferta de todos os eixos formativos pelas escolas, ficando a cargo de cada instituição definir quais efetivamente serão oferecidos aos estudantes.

Os estudantes com melhor condição econômica poderão se formar em quaisquer dos itinerários formativos, uma vez que poderão pagar pelas escolas que realizam essa oferta, enquanto os estudantes de escolas públicas terão de se contentar com o que for oferecido pela unidade que frequentam potencializando desigualdades.

Segundo o modelo conservador, o ensino se define como a atividade de transmissão de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva no mercado de trabalho.

Há alguns anos o segmento privado do Ensino Superior está em crise. O que observamos nesse período de 2015 até o momento atual é que depois de vários anos de acelerado crescimento, para o que não faltou apoio governamental, grandes grupos se formaram a partir de capital nacional e internacional, absorvendo pequenas e médias instituições que entram em falência. Importante sinalizar que as instituições de ensino superior se beneficiaram de políticas estatais como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para todos (Prouni), mas houve um enxugamento desses programas.

Desaparecem os avaliadores do MEC, presenças regulares nas universidades privadas, desempenhando um importante papel na fiscalização do cumprimento das diretrizes curriculares, instalações, qualidade e regularidade dos cursos conforme a legislação educacional. A ausência dessa supervisão trouxe um afrouxamento das normas, podendo dar livre curso às irregularidades dentro das instituições.

No início do mês de novembro, deste ano de 2020, o mercado da educação superior privada é surpreendido com notícias sobre denúncias de irregularidades cometidas pelas instituições de ensino do Grupo Educacional Laureate.

A Falta de fiscalização do MEC foi motivo de reportagens da *Agência Pública* diante das denúncias feitas pelo mandato do deputado estadual por São Paulo Carlos Giannazi (Psol), que reuniu num dossiê declarações e documentos de ex-professores do grupo educacional.

“As denúncias se referem a atas de reuniões que teriam sido forjadas para o reconhecimento de cursos no MEC e à atuação de docentes em cursos fora de sua área de formação, sem que os alunos soubessem. Também se refere ao uso de robôs para correção de provas no lugar de professores sem que os alunos soubessem”³

Esse material originou uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo, para que a União, por meio do Ministério da Educação (MEC), realize “os devidos processos fiscalizatórios” das IES na Laureate (rede internacional de instituições superiores privadas), “em razão dos fortes indícios de fraudes perpetrados contra o sistema federal de ensino, notadamente, falsificação de documentos, declarações falsas, ludibriações de agentes fiscais do MEC, entre outras, para conseguir o credenciamento e o recredenciamento de seus cursos [Laureate] junto ao MEC, além de boas avaliações destes cursos”⁴

Vale destacar que os planos curriculares na universidade privada também sofreram modificações seguindo a tendência de ensino híbrido para disciplinas teóricas ofertadas como as disciplinas de Ciências Sociais, Antropologia, Filosofia, História Geral da Arte, Comunicação e Expressão, Interpretação de Texto, Metodologia do Trabalho Acadêmico, Métodos de Pesquisa entre outras.

O ensino híbrido se caracteriza por encontros presenciais previamente agendados com o professor e coordenação, e grande parte do estudo da disciplina fica sob responsabilidade do aluno acessar o portal EAD da instituição, com livros texto, exercícios e videoaulas. Os encontros geralmente tem duração de 50 minutos destinados a sanar dúvidas e aplicação de avaliações.

³ Domenici, Thiago. Laureate: o raio-x de uma fraude para reconhecer uma graduação no MEC. **Agência Pública**, São Paulo, 13 nov 2020. Disponível em https://apublica.org/2020/11/laureate-o-raio-x-de-uma-fraude-para-reconhecer-uma-graduacao-no-mec/?fbclid=IwAR3b3jsiBSgnQtwNUVJdo6IMC6ftbluwoaBP7zlo2_k9Zv98uaKwKgBSf6U#Link1 Acesso em: 5dez. 2020

⁴ Idem.

Todas essas mudanças foram reforçadas a partir de 2016 e após a eleição de Jair Bolsonaro (Sem Partido) pressionaram a educação em todos os níveis a um quadro de retrocesso, no que diz respeito ao acesso, à qualidade e, principalmente, à democratização da educação no nível superior, básico e fundamental.

Cada vez mais vemos as instituições escolares atravessadas por interesses empresariais e políticos que querem fazer da escola e da universidade um negócio progressivamente mais lucrativo. Do ponto de vista dos professores, podemos dizer que estes tiveram suas cargas horárias reduzidas, conseqüentemente seus salários, seguido da perda de seu papel de professor em sala de aula, exercendo nesse contexto um papel burocrático de elaborador de provas e aplicador destas, assim como responsável pelo preenchimento de listas de presença e conteúdos ministrados.

É nesse cenário de disputas e retrocessos que está inserida a educação. A grande maioria dos países, após o reconhecimento da pandemia, teve as aulas suspensas. Diante dessa nova realidade, para a qual ninguém estava preparado, foi necessário repensar formas e estratégias do cumprimento do ano letivo.

Instituições de ensino superior (IES) privadas e o EaD: os primeiros meses da quarentena

A pandemia traz um dado alarmante: a imediata demissão em massa de professores. Segundo representante do sindicato dos professores:

“ Se o movimento de demissões de professores das instituições de ensino superior (IES) privadas já era rotineiro a cada final de semestre, as circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19 apontam para a aceleração de um processo de reestruturação que, em tese, levaria vários anos para acontecer”⁵

As demissões já vinham ocorrendo em número significativos, sendo o critério o valor da hora aula. Quanto mais tempo de casa, maior o salário, daí a demissão, em geral, por telegrama. Com a pademia, docentes e outros profissionais das instituições de ensino superior são demitidos em massa inaugurando novas e

⁵ Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes. Revista Adusp. São Paulo, 14 de julho 2020. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>. Acesso em: 4 nov. 2020.

desumanas formas de exoneração, por email, mensagens de aplicativo ou pop-ups na página da universidade, quando o professor entrava para dar a aula não mais conseguia acessar o sistema, pois já não fazia mais parte do quadro de docentes.

Segundo o Sindicato dos Professores de São Paulo, 1.809 docentes foram demitidos somente no Estado de São Paulo. Para quem ficou, uma reestruturação cruel, com redução de carga horária (...) em classes virtuais gigantescas”⁶.

Agora, a evasão e inadimplência dos alunos soam como justificativas das instituições para tantas demissões. De acordo com pesquisa recentemente divulgada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp, que tem abrangência nacional), as instituições perderam 265 mil alunos. Sendo que não houve uma política pública para assistir esses estudantes, dando a possibilidade de prosseguir seus estudos.

A quarentena tem início em meados de março, e no final do mês as universidades particulares começam a fazer o treinamento dos docentes através de reuniões remotas e tutoriais enviados por email e mensagens rápidas. Em meio à pandemia os professores se deparam com situações delicadas, a maior parte delas relacionadas à jornada de trabalho, condições de trabalho e direitos autorais. Horas excessivas de tarefas com demandas fora dos horários de aula, como mensagens enviadas a qualquer hora.

Aulas virtuais deveriam ter as mesmas prerrogativas das aulas presenciais, mas quem estaria preocupado com o direito que o professor tem sobre sua imagem, voz, nome, conteúdo de aula, se no modo invasivo das aulas remotas a vida profissional e privada dos professores tornam-se totalmente vulneráveis? Nos primeiros meses da quarentena, diante da urgência com que as soluções dos problemas deveriam ser resolvidos os celulares e aplicativos de mensagens rápidas foram utilizados exaustivamente entre professores e coordenadores dos cursos e professores e alunos.

Para os docentes das IES privadas, o nível de tensão foi extenuante. Durante o treinamento, em torno de três horas, realizado pelos coordenadores dos cursos, apoiados por colegas professores com facilidades no uso das plataformas, estava-se lidando com a instabilidade das ferramentas e, ao mesmo tempo, com a

⁶ Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/noticias/4042>. Acesso em: 4 nov. 2020.

inconstância da internet. Esses possíveis imprevistos foram causas de grande apreensão: o que fazer, caso no momento da aula problemas dessa natureza viessem a ocorrer?

Essas demandas no início da quarentena cobravam a imediata eficiência tecnológica das plataformas, que não preparadas para o aumento repentino do número de acessos, também não garantiam privacidade de dados dos usuários. Vale lembrar que no meio desse processo os professores tiveram de assinar termos de Direito Autoral de imagem e outras licenças de compartilhamento de informações

Cabe destacar também que na maioria dos sistemas de ensino no Brasil e no mundo as aulas estão acontecendo de maneira remota, por meio de diferentes plataformas digitais.

No entanto, nem todos os alunos têm acesso às tecnologias e à internet para poderem se conectar as escolas, aos professores e dar continuidade aos seus estudos. Para os que não têm acesso, geralmente as instituições tiveram de fornecer acesso para os laboratórios de informática, mas devido à situação atual, muitos alunos também não têm condições de acessar a educação dessa forma, por não conseguirem transporte ou outras condições adversas como horários restritos que não permitem a continuidade de seus estudos nesse momento.

Nesse sentido, o trabalho dos docentes e coordenadores de curso ficou sobrecarregado, pois além da participação na formação para trabalhar em todas essas novas ferramentas, passaram a ter que alimentar plataformas on-line, fazer a conferência dessas atividades, elaborar exercícios adequados às ferramentas, atender alunos via aplicativos ou emails, preencher protocolos atendendo às novas exigências, planejar e disponibilizar atividades remotas.

Essa nova realidade também aponta para a tentativa já anterior a esse período de introduzir mecanismos de substituição de aulas presenciais por aulas à distância por meio de diferentes plataformas. Nesse momento, entendemos que é uma alternativa diante da crise de saúde pública, no entanto, devemos apontar que empresas privadas, fundações, institutos e grandes conglomerados, manifestavam em período precedente interesse em ofertar o ensino não presencial como forma de disputa do fundo público.

O EaD e a Universidade enquanto projetos de mercado

Assinada pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, a portaria 2.117 de dezembro de 2019, permite o aumento na carga horária na modalidade de EaD, passando de 20% para 40 % nos cursos de graduação presenciais. Essa portaria faz uma alteração significativa na organização pedagógica e curricular das IES privadas, vindo legitimar a introdução definitiva de um protagonismo do EaD no ensino superior.

Segundo Rubens Camargo, o modelo de EaD já está instalado no setor privado há algum tempo, mas com essa situação emergencial dois movimentos se estabelecem dentro dos desígnios de mercado.

“De um lado, as grandes empresas que montam plataformas, como Microsoft e Google, estão se aproveitando para dizer que os seus produtos são os melhores no mundo inteiro. Elas vão sair ainda mais fortalecidas dessa situação. O problema continua sendo o fato de que elas recolhem nossos dados e transformam isso em mercadoria. De outra parte, as empresas do ensino superior já tentavam o tempo todo conseguir o menor custo possível em pessoal e terceirizar ao máximo a produção de materiais. Diminuir o número de professores para poder ganhar em cima de cada matrícula nova é a forma de ampliar o lucro. Agora surgiu uma grande oportunidade de radicalizar esse processo”⁷

Diante desse quadro, as instituições buscaram esclarecer que não se tratava de EaD porquê a Educação a distância, como conhecemos, pressupõe que ambos os atores tenham acesso à tecnologia para alcance dos resultados e sigam as trilhas de aprendizagem como acontece no EaD, com acesso ao conteúdo de vídeo aulas e texto formador, participação em fóruns e comunidade do portal, e realização de atividades e exercícios propostos para a aprendizagem, além de outras formas avaliativas.

Apresentam-se como características desse processo o ensino remoto: aulas online e a distancia em tempo real ou previamente gravadas; produção de conteúdo para as plataformas educacionais e interativas onde o aluno estuda sozinho e tira suas dúvidas em fóruns e comunidades presentes na plataforma; realização de avaliações online e presenciais.

⁷ Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes. Revista Adusp, São Paulo, 14 de julho 2020. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>. Acesso em: 4 nov.2020

Nesse contexto o papel do professor ganha uma nova configuração na relação capital-trabalho; muda-se o vínculo institucional, a interação com os alunos é mediada pelas plataformas, há cobrança pelo cumprimento do calendário de avaliações para elaboração e lançamento de notas. A presença do professor em sala de aula limita-se a encontros previamente agendados para as dúvidas dos alunos e para a aplicação de avaliações.

Diferente do convívio em sala de aula, no formato presencial, e neste tempo de isolamento, esta nova interação, ofertada de forma abrupta, exige do professor como do aluno esforços árduos. O que contribuiu para que um processo fosse acelerado em um curtíssimo espaço de tempo, pela necessidade.

Durante o ensino emergencial remoto, contava-se com o protagonismo do professor, zelando pelo relacionamento dele com os estudantes. Sendo assim, cada professor, dentro de suas possibilidades por meio de capacitações online, encontrou formas mais adequadas de envio das atividades para seus respectivos alunos.

A pandemia reforçou que a sociedade e as instituições de ensino precisam reinventar-se a cada dia. São novos tempos, que exigem novas posturas e atitudes de todos. Para o professor, a constatação principal é que ele precisa sempre se reinventar, nos colocando frente o desafio de pensar a educação e o espaço físico da sala de aula, o ambiente que sempre foi o lugar de estabelecer os vínculos principais de mediações de conhecimento.

A função docente desempenhada dentro desse lugar, onde professores, alunos e toda comunidade escolar se habituaram, já não é o espaço delimitado para essa função. O tempo de pensar sobre outras formas de ser e fazer a aula acaba sendo redimensionado para outros espaços de formação.

Porém, as instituições de ensino superior continuarão seguindo as demandas do mercado, embora, de maneira diferente do que vinha acontecendo até então. As respostas às mudanças devem ser avassalantes e rápidas. Corre-se contra o tempo.

Como resgatar os alunos que se viram obrigados a sair da sala de aula por que perderam seus empregos? Como atrair novos alunos para dentro das universidades? Qual matriz curricular será mais sedutora do ponto de vista mercadológica, de modo que o aluno possa se sentir atraído por uma universidade ao invés da outra, vizinha?

Para Gabriel Rodrigues, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior –ABMES, “o ensino superior já vinha mudando”, e “o que deve

permanecer são as profissões como Direito, Medicina e Engenharia, as demais vão sofrer muitas alterações”. Avalia que se antes o diploma era muito importante na vida das famílias, agora “a sociedade caminha para quem tem o conhecimento, independentemente de título”, vaticinou. “Quem inovar vai ganhar o jogo”.⁸

Seguindo essa perspectiva, a reinvenção virá em grande parte de novas e atrativas “formas” de ensinar, onde o professor precisa ser “dinâmico”, “criativo” (expressões nunca claramente definidas pela direção das IES, mas que sustentam o discurso da educação como projeto de mercado) de maneira que essas “qualidades” venham estimular os alunos a se interessar pelo conteúdo.

A grade curricular com modelo copiado de universidades estrangeiras será outra atração; priorizando redução de carga horária com o agrupamento de várias disciplinas e também a falta de conteúdo das ciências humanas. Mestrado e doutorado, na formação docente, quando houver, serão apenas um adicional, não contando como experiência no processo do ensino, extensão e pesquisa. O importante será, nas expressões emprestadas do ambiente empresarial, o “dinamismo”, a “proatividade”, qualidades que o tornará “eficaz” na hora de transmitir o conhecimento para o aluno e o que irá diferenciá-lo de outros docentes na busca por “resultados”.

Rodrigues menciona sua preocupação com os espaços físicos que vão “sobrar”, uma vez que o aluno ocupará outro espaço físico, que não mais a sala de aula. O ensalamento, já recorrente em aulas presenciais, irá se agravar no EaD.

“Ensalamento” consiste em juntar turmas de níveis, de anos e até de cursos diferentes numa única aula, em vez de dar três aulas para turmas de 50 alunos, você dá uma aula para uma classe de 150 alunos. De acordo com Silvia Bárbara, 1ª secretária da Diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo: “A experiência da pandemia mostrou para as escolas que o ensalamento virtual é muito melhor do

⁸ Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes. Revista Adusp. São Paulo, 14 de julho 2020. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>. Acesso em: 4 nov.2020.

que o físico, em que há um limite dado pelo tamanho do auditório. No virtual dá para encaixar 250 ou 350 alunos na mesma aula”.⁹

O ensino remoto por permitir alunos de diferentes turmas, cursos, campus e cidades, ele também garante lucros para os mantenedores vindo do esvaziamento das unidades, uma vez que não haverá gastos com itens para manter os prédios (água, luz, limpeza, telefone, empresas terceirizadas de vigilância e limpeza) e com a manutenção de computadores, impressoras, gastos na elaboração de provas e funcionários contratados para dar suporte aos professores nos períodos de avaliações.

Segundo depoimento de uma docente do Grupo Laureate, para a Revista Adusp: “O que realmente vai acontecer é que as instituições já se preparam no sentido de enxugar sua estrutura e manter a lucratividade”.¹⁰

Nesse cenário incontestável de rápida mudança, fica evidente que a percepção do papel de mediação que exerce os educadores não pode ser substituído pelas tecnologias. O papel do professor ganha uma nova configuração na relação capital-trabalho e nos espaços de atuação na instituição.

O tempo e o espaço de estudo passam a ser vivenciados de outro modo no desenho cotidiano, sem regras rígidas e limites bem demarcados. Chegamos próximo ao fim do ano letivo de 2020 com muitas incertezas e desafios a serem enfrentados por toda a comunidade escolar.

⁹ Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes. **Revista Adusp. São Paulo, 14 de julho 2020.** Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>, Acesso em: 4 nov 2020

¹⁰ Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes. **Revista Adusp. São Paulo, 14 de julho 2020.** Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>, Acesso em: 4 nov 2020

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto.** *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, jul. 2019.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19.** *In: DAVIS, Mike et al. Coronavírus e a luta de classes.* Brasil: Terra sem Amos, 2020.

PRAUN, Luci. **A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho.** *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020.

ROCHA, Cháris T. Martins e AMADOR, Fernanda S. **O teletrabalho: conceituação e questões para análise** . *Cad. EBAPE.BR*, v. 16, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Boaventura, Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020. E-book.

SUDRÉ, Lu. Entrevista Ricardo Antunes: **“Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores”**. Rádio Brasil de Fato. 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em: 09 jun. 2020.

Revista Adusp - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 14 de julho 2020. **Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes.** *Revista Adusp*. São Paulo, 14 de julho 2020. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744>. Acesso em: 4 nov.2020.